

A importância dos recursos naturais na modernização econômica, militar e geopolítica da Federação Russa

Tito Lívio Barcellos Pereira¹

Luiz Pedone²

Resumo

O presente trabalho tem como objeto um estudo sobre a apropriação dos recursos naturais pelo primeiro governo de Vladimir Putin (1999 – 2004) através de mecanismos de regulação e gestão das receitas por parte do Estado russo e a importância destes recursos (especialmente os hidrocarbonetos como o petróleo e gás natural) na modernização e diversificação econômica, militar, inovação técnico-científica e a crescente projeção geopolítica experimentada pela Federação Russa nessa primeira década do século XXI.

Palavras-chave: Rússia; Recursos Naturais; Geopolítica Energética.

Resumen

Este trabajo se propone un estudio sobre la apropiación de los recursos naturales por el primer gobierno de Vladimir Putin (1999 - 2004) a través de mecanismos de regulación y gestión de los ingresos por parte del Estado ruso y la importancia de estos recursos (especialmente los hidrocarburos como el petróleo y gas natural) en la modernización y diversificación de la innovación económico, militar, científico y técnico y la proyección geopolítica crecimiento experimentado por la Federación de Rusia en la primera década de este siglo.

Palabras-clave: Rusia; Recursos Naturales; Geopolítica energética.

Introdução

Este texto realiza uma abordagem multidisciplinar - à luz da Ciência Política, da Geografia Política, da História e das Relações Internacionais - acerca do papel que os recursos minerais e energéticos desempenham na trajetória histórica da Rússia, especialmente destacando o primeiro governo de Vladimir Putin (1999 – 2004).

O objetivo é analisar a inserção do atual projeto nacional russo tendo como catalisadores do desenvolvimento novas formas de produção e tecnologia relacionadas aos recursos naturais, e que passam pelo fortalecimento do aparato institucional do Estado – sobretudo na sua reestruturação e ampliação do poder militar e reinserção de sua política externa como “player” do sistema internacional.

¹ Mestrando em Estudos Estratégicos (INEST – UFF). Contato: tlbarcellos@gmail.com

² Orientador, Doutor, docente do INEST – UFF.

Panorama histórico

Historicamente os territórios que compreendem a atual Federação Russa serviram como uma “fronteira energética” da Europa, responsável pelo fornecimento de matéria-prima como madeira, peles, cânhamo, linho, minérios, trigo, mel, entre outros produtos, e importadores de produtos manufaturados, armas e tecnologia.

O crescimento econômico da fronteira energética russa se deu pela sua posição estratégica na Idade Média, devido a suas extensas e férteis planícies do sul (a estepe), as densas florestas ao norte (a taiga) e sua extensa rede hidrográfica (bacias dos rios Dnieper, Don, Volga e Dvina); isso condicionou ao país uma intersecção das rotas comerciais bizantinas, nórdicas, árabes, tártaras e de outros povos semi-nômades que transitavam pelas estepes da Europa e Ásia Central, denominando-se o caminho dos “varegos aos gregos” conectando o comércio do Mar Báltico ao Mar Negro.

Mesmo com a invasão dos mongóis (séc. XIII) e a suserania imposta pela Horda do Ouro, os principados russos ainda se beneficiavam de suas exportações e comércio entre Ocidente e Oriente. O principado de Novgorod, por exemplo, beneficiou-se da *pax mongolica*, se consolidando como um dos principais polos da Liga Hanseática. Esse “privilégio geográfico” aliado a criação de um Estado centralizado e autocrático em Moscou (denominado Moscóvia), permitiu a construção de uma poderosa força militar e possibilitou a libertação do jugo mongol em 1480.

No reinado de Ivan III (1440 – 1505), os reis da Suécia e da Comunidade Polaco-Lituana preocuparam-se com o crescimento e fortalecimento de Moscóvia que podia ameaçar seus interesses na região, e impuseram sanções severas, banindo as importações de bens primários e o acesso dos russos a armas e tecnologia avançada. Essas atitudes causaram uma agressiva reação de Moscóvia, resultando na primeira Guerra da Livônia e, em longo prazo, à fundação de São Petesburgo, a “janela comercial” da Rússia para a Europa, pelo czar Pedro o *Grande*.

Paralelamente, Mello (1999) destaca nos séculos XV e XVI a expansão terrestre russa para a Sibéria, subjugando as tribos mongóis ao domínio do czar; como de igual importância com a expansão marítima das outras potências europeias. Segundo o autor, isso permitiu colocar as tribos mongóis (que constantemente assediavam a Europa) na defensiva e garantiu o acesso a numerosos recursos naturais: o algodão da Ásia Central, renas, peles e madeira da Sibéria – e, posteriormente, nos séculos XIX e início do XX, uma vasta gama de recursos minerais e energéticos, como carvão, petróleo, ferro, entre outros produtos, mantiveram vibrante o comércio e a produção industrial na Rússia e na

Europa. Além disso, essa vastidão territorial contínua permitiria à Rússia o acesso a outros mercados e recursos, e estenderia sua influência às fronteiras do Império Otomano, Pérsia, Índia, China, Coreia e Japão.

Durante a chamada “Era Napoleônica” (1804 – 1815), a Rússia representava uma importante fonte de recursos para a Europa, especialmente a Grã-Bretanha, que importava trigo, cânhamo, linho, carvão, ferro e até lingotes de aço fabricados nos Urais. Para a França era necessário neutralizar o poderio econômico e naval britânico, através do bloqueio de seu acesso aos portos europeus; e a Rússia teria um papel fundamental para cortar o abastecimento aos britânicos.

Na primeira metade do século XX, o general-geógrafo alemão Karl Haushofer, que ajudou na edificação da *Geopolitik* da Alemanha Nazista, via na União Soviética o aliado geopolítico natural, que serviria de ponte ou elo de ligação entre a Alemanha e os povos da região indo-pacífica, cujo inimigo comum eram o colonialismo e o poder marítimo britânico. Nesse sentido, Haushofer advogava um eixo Berlim–Moscou–Tóquio, onde as dimensões continentais, os imensos recursos e grandes contingentes populacionais do Estado comunista alimentaria a máquina de guerra nipo-germânica nos dois “fronts”, neutralizando a Grã-Bretanha e colocando os EUA na defensiva, inviabilizando qualquer plano de contra-ofensiva na Europa e no Pacífico.

Porém, o ideal racista e anti-comunista de Adolf Hitler, considerava inaceitável o controle desse imenso território e recursos por “povos inferiores eslavo-mongóis”. Por isso, adulterou as ideias expostas pela *Antropogeographie* de Frederich Ratzel (1896), transportando o *Lebensraum* – “o espaço vital” aos territórios do Leste Europeu e, principalmente, à URSS. Segundo o plano original nazista, incluía a anexação desses territórios criando os *Reichkommissariats* – os “comissariados do Reich”, com a subsequente germanização e extermínio dos povos nativos. Isso daria à máquina de guerra alemã (que já sofria exaustão nos anos iniciais da guerra) uma infinidade de recursos como as grandes reservas de carvão e ferro da Ucrânia, as gigantes minas de ferro de Kursk, os depósitos de petróleo do Cáucaso, e os solos férteis *chernozyon* das estepes russo-ucranianas. Era nos territórios do Leste que os alemães buscavam construir os alicerces do seu “Reich de mil anos”. À rigor, o projeto hitlerista nada tinha de original, inovador ou revolucionário: era apenas a visão moderna do *Drang nach Osten* – “Marcha para o Leste” dos cavaleiros teutônicos medievais e a retomada da secular rivalidade entre germanos e eslavos.

O colapso da URSS e o *boom energético*

O fim do bloco comunista e a dissolução da URSS em dezembro de 1991, de certa forma, contribuiu significativamente para a notável expansão e supremacia econômica do mundo capitalista desenvolvido nos anos 90.

Durante a época soviética, os vastos recursos naturais e energéticos eram majoritariamente consumidos pelo complexo industrial-militar nacional para atender as necessidades de um contingente de quatro milhões de homens (1990) além dos aliados do Pacto de Varsóvia e de outros satélites e “amigos” de Moscou. Com a crise e dissolução do mundo comunista na Europa Oriental, repentinamente apareceram no mercado mundial enormes fluxos de petróleo, gás natural, carvão, ferro, aço, urânio e outros grandes montantes de recursos naturais, derrubando violentamente os preços internacionais das *commodities*.

O petróleo, por exemplo, mesmo com as hostilidades dos conflitos no Golfo Pérsico, entre 1986 e 2000, se manteve no patamar médio de US\$ 19 o barril. Nas palavras de Grigoriev:

Apenas faça o comparativo – de US\$ 8 em agosto de 1998 para US\$ 70 hoje. Tudo isso facilitou o crescimento econômico nos anos 90 que foi um dos mais expressivos da história até a crise asiática de 1998. Imagine como estariam os preços no mercado global atualmente se a Rússia continuasse a tradição soviética alocando metais, petróleo, madeira e outros recursos para suas necessidades militares. (GRIGORIEV in REGNUM, 2006, n.d.).

Entretanto, no cenário interno da Rússia, a situação não era das melhores: a antiga superpotência soviética havia se desintegrado em 15 estados independentes, entre os quais a Federação Russa emergia como sua sucessora herdando uma burocracia grande, mas um Estado fraco. As capacidades regulatórias estatais estavam destruídas, o Estado não tinha capacidade de arrecadação, nem de governo, era um país sem autoridade. Os burocratas ligados às antigas instituições, partilhavam as empresas estatais entre si, muitas vezes, desviando os recursos para a construção de patrimônios pessoais, e vendendo toneladas de matérias-primas e energia aos mercados ocidentais a preços baixos, causando evasão fiscal e perda de arrecadação aos cofres públicos. Enquanto isso, o povo russo sofria com o aumento da pobreza e desigualdade social.

Para realizar a “transição” para o capitalismo o governo de Boris Yeltsin (1993 – 1999) adotou uma estratégia sugerida pelo então primeiro-ministro e economista Yegor

Gaidar que ficou conhecida como “terapia de choque”. Entre as medidas adotadas, ocorreram privatizações em massa no setor de energia, e o antigo Ministério do Petróleo tornou-se a Rosneftgaz (hoje Rosneft) e passou por vários desmembramentos com as subsidiárias e títulos públicos concentrados nas mãos de seus antigos gestores da época soviética, que se tornavam os proprietários dessas empresas.

Uma segunda fase de privatizações começou em 1995, em um esquema denominado *Loan for Shares* - “empréstimos em troca de ações” - isso representou: “a maior e mais controversa transferência de riqueza já vista na história”. Com problemas de arrecadação, o governo Yeltsin convidava os bancos recém-criados pelos novos ricos russos a emprestar dinheiro ao governo; e como garantia, o Estado daria ações das empresas estatais (incluindo as do setor energético) que não tinham sido privatizadas. Se não conseguisse pagar os empréstimos, os bancos teriam o direito de leiloar as ações, e se sobrasse dinheiro, era devolvido ao governo.

O resultado é que o Estado não conseguia pagar as dívidas e os leilões eram fraudados pelos próprios bancos que se tornavam proprietários das estatais por preços extremamente baixos. Assim surgia uma classe de “oligarcas russos” dotados de um imenso patrimônio econômico e influência política, visando tornar o país uma plutocracia. Porém, ao contrário dos antigos gestores do ramo energético, os novos proprietários não tinham nenhuma experiência e apenas interessavam-se em tirar o máximo possível de riqueza a curto prazo e enviá-la para o exterior em um maciço e constante fluxo de fuga de capitais.

As reformas de Putin

O governo de Vladimir Putin assumiu em 1999 o desafio de recuperar a autoridade do poder central. Isso pressupõe a capacidade de arrecadar impostos e garantir o monopólio do uso da força. Putin convidou seu grupo de confiança de São Petersburgo, entre os quais Alexei Kudrin, para administrar a economia. Outros dirigentes de confiança eram oriundos dos serviços de segurança – os *siloviki*. Diante das críticas ao seu suposto caráter autoritário, os defensores da nova política introduziram a noção de *democracia administrada*, também chamada de *democracia soberana*. A democracia deveria servir para o desenvolvimento do país e, quando não alcançasse esse objetivo, deveria ser limitada. Putin ainda enfrentaria outros problemas de caráter mais agudo, como a miséria, a falta de segurança e a ameaça à soberania.

Outra referência para defender o reforço do papel do Estado seria o ambiente

externo, interpretado como um ambiente “agressivo” (ampliação da OTAN, fundamentalismo islâmico no Cáucaso e Ásia Central, revoluções pró-ocidentais em ex-repúblicas soviéticas) Não por acaso, uma das primeiras ações de Putin foi enviar tropas federais para a Chechênia a fim de restituir a autoridade do Estado russo.

Antes mesmo de ser nomeado primeiro-ministro, Putin havia se graduado como doutor em economia pelo Instituto de Mineração de São Petersburgo em junho de 1999. Sua tese de doutorado intitulada “Recursos Naturais na estratégia para o desenvolvimento da economia russa”, defendia que dada a atual situação sócioeconômica do país nos anos 90, a Rússia deveria utilizar todo seu potencial dos recursos minerais e energéticos como alicerce de uma “nova economia”. Os recursos naturais seriam responsáveis para uma transição para uma moderna economia de mercado, com as receitas obtidas, impulsionaria novos setores econômicos, afim de agregar tecnologia e investimentos (nacionais ou estrangeiros).

Com sua “geografia singular”, uma moderna infraestrutura e potencial técnico-científico (comparado a maioria dos exportadores de minérios e energia) a Rússia ocupa uma posição especial entre os países industrializados. Se utilizados efetivamente, os recursos naturais se tornariam na mais importante pré-condição para uma entrada sustentável na economia mundial. Porém, Putin acreditava que o funcionamento do livre mercado e a atuação de empresas privadas não iriam coincidir com a defesa do “interesse nacional”. Para isso, ele estabelecia algumas condições para legitimar o desenvolvimento dos recursos naturais no país:

- Os recursos naturais e toda a cadeia produtiva ligada ao seu desenvolvimento devem ser considerados “estratégicos” para o Estado.
- A criação de grandes corporações industriais e financeiras ligadas a exploração e processamento dos recursos naturais – as chamadas “campeãs nacionais” – capazes de competir em igualdade com as principais empresas multinacionais do Ocidente.
- O Estado deve agir como órgão regulador no setor extrativo e garantir total assistência ao desenvolvimento de indústrias de base e processamento ligadas ao setor extrativo
- Necessidade de atração de capital e tecnologia estrangeira por meio da modernização da infraestrutura e da indústria extrativa, mas sempre supervisionados pelo Estado, mantendo a soberania nacional no setor.

Em suma, os recursos naturais não podem ser um “fim”, mas um “meio” de transição para o desenvolvimento de um moderno sistema econômico, agregando capital

e trazendo novas tecnologias. As receitas obtidas do setor extrativo seriam canalizadas para outros setores “estratégicos” da economia, como a indústria aeroespacial, bélica, tecnologia da informação etc.

Além disso, a Rússia deve usar as receitas obtidas com a exploração de seus recursos naturais para garantir uma “transição energética”, desenvolvendo novas formas de energia para assegurar uma “soberania energética” e garantir, assim, um uso mais racional de seus recursos.

Essas ideias contribuíram na implantação de uma “revisão” do rumo econômico que estava tomando o país. Houve uma reavaliação da relação Estado-mercado passando de um processo de “liberalização e privatização” para uma estratégia de “policimento e intervenção do Estado”. É evidente que a recuperação da economia coincidiu não somente com o governo Putin, mas também com o aumento do preço do petróleo que se acentuou ainda mais após os ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001, mas para alguns autores como GRIGORIEV (2006), BALZER (2003) e SCHUTTE (2010), defendem que sem uma mudança política, o simples aumento nos preços do petróleo não teriam provocado nenhum efeito na economia russa.

Outras medidas também tiveram papel decisivo, como a tributação sobre a extração e exportação de hidrocarbonetos, visando controle de quantidades e preços para exportação. Mas as ideias de Putin tinham um objetivo claro: misturar os interesses do setor privado com os interesses do Estado e, se necessário, moderar a busca de lucros em defesa de interesses geopolíticos. A presença externa é parte dessa política. As empresas russas deveriam ser integradas em conglomerados industriais com capacidade de competir com as multinacionais ocidentais.

Progressivamente o Estado foi ganhando espaço com a retomada do controle majoritário das empresas estatais como a Gazprom, que em junho de 2000 tinha 62% de suas ações em mãos de grupos privados. Outras empresas privatizadas no governo Yeltsin começaram a ser investigadas por evasão fiscal, gestão mafiosa, descumprimento de leis fiscais e ambientais, e até tráfico de influência por uso do poder econômico e controle da mídia para atacar o governo.

Com essa reação do governo, muitos oligarcas foram presos pela “mão autocrata” de Putin, outros fugiram do país levando milhões de dólares em ativos das empresas, e outros abriram mão de suas empresas em troca de benefícios políticos. O mais famoso (e muito reportado e repudiado na mídia ocidental) foi o caso Yukos, que após uma investigação relatando diversos descumprimentos jurídicos e até assassinatos políticos (o

caso Petrukhov) culminou com a prisão de vários funcionários da empresa, incluindo seu proprietário, Mikhail Khodorkovsky, o congelamento de ativos da empresa e sua subsequente aquisição pela estatal Rosneft em 2005. A Yukos foi declarada falida em agosto de 2006.

Outras empresas privatizadas, como a Lukoil, bem administrada e com notável projeção internacional (refinarias na Europa e distribuidoras nos EUA), foram incentivadas pelo Estado através de investimentos e promoção de suas atividades no exterior, pois para o governo, essa empresa já conseguiu seu posto de “campeã nacional”.

As reformas de Putin foram bem recebidas pela opinião pública local: 77% dos russos entrevistados eram a favor da revisão parcial ou total das privatizações nos anos 90, gerando maior confiança entre o governo e a população, e fortalecendo o poder estatal. Contudo, alguns analistas russos e ocidentais argumentam que essa intervenção na economia pode gerar uma incerteza no setor, desencorajando investimentos e criando um clima de desconfiança internacional na economia russa. Para contornar esses desafios, o governo passou a permitir parcerias entre empresas russas e estrangeiras na prospecção de novos depósitos minerais e energéticos: a tecnologia e o capital ocidental eram bem-vindos e necessários para a modernização da Rússia e negar sua importância era uma completa insensatez.

Contudo havia um problema: as empresas ocidentais que já operavam no país desde os anos 90 tinham pelas regras de partilha direito de recuperar os custos antes de dividir a produção. Porém o “Estado atrofiado” de Yeltsin não tinha nenhum mecanismo de regulação e fiscalização dos projetos ocidentais. Isso fez o governo de Putin adotar uma política revisionista nos contratos, aplicando rigorosas leis tributárias e ambientais, e pressionando as empresas ocidentais a aceitarem empresas nacionais com participação majoritária. O caso mais conhecido foi o projeto Sakhalin I e II, onde a Shell, acusada de violar leis ambientais no Mar de Okhotsk, teve de aceitar a participação majoritária da Gazprom no projeto. Outras empresas como a British Petroleum (BP) foram “convidadas” pelo governo a criar uma *joint-venture* com a russa Tyumen Oil Company (TNK), numa associação onde cada lado tinha metade das ações numa empresa mista.

Atualmente, pode-se destacar que no setor energético, notadamente petróleo e gás, a Rússia possui poderosas empresas, sejam estatais (Gazprom, Rosneft, Surgutneftgaz) e privadas (Lukoil, TNK-BP, Novatek). Juntas, essas empresas tem uma receita anual que ultrapassa os US\$ 300 bilhões.

Os recursos naturais e a modernização russa

Em 2004, foi criado o Fundo de Estabilização da Federação Russa, sob liderança do ministro das finanças Alexei Kudrin, homem de confiança de Putin. O fundo foi criado por meio da lei federal aprovada no final de 2003. A ideia nasceu da experiência com a crise financeira de 1998, bem como a necessidade de evitar a valorização do rublo com o aumento dos fluxos de recursos do setor de exportação de energia. O funcionamento do fundo foi submetido a quatro regras básicas:

1 - Uma quantidade mínima de recursos deveria ficar no fundo, estipulada em 500 bilhões de rublos, na época equivalente a cerca de US\$ 18 bilhões. Quando os recursos superassem esse patamar eles poderiam ser usados. O excedente seria utilizado para financiar o déficit público quando o preço do petróleo estivesse num patamar abaixo de US\$ 20 por barril.

2 - Nem todas as receitas do petróleo e gás natural (impostos sobre exportação e produção) seriam depositadas no fundo. Também para isso foi estipulado um valor de referência dos preços internacionais, originalmente fixados em US\$ 20 por barril, mas em seguida, foi aumentado para US\$ 27 por barril. Quando o preço ultrapassasse o valor de referência, seria calculado o adicional de arrecadação e somente esse valor seria direcionado para o fundo. O fundo também receberia o excedente no orçamento do governo federal no final do ano fiscal.

3 - As aplicações deveriam ser feitas no exterior para evitar excesso de liquidez na economia nacional.

4 - O governo deveria relatar a respeito do fundo ao Parlamento num período trimestral e anual.

Em 2005, foi especificado que os excedentes poderiam ser utilizados para financiar o déficit do Fundo de Pensão da Rússia e para o pagamento da dívida externa. A ideia geral do fundo respondia a dois objetivos principais: a proteção contra a flutuação dos preços do petróleo e gás e a garantia de receitas futuras. Para diferenciar melhor esses dois objetivos, o Ministro das Finanças Alexei Kudrin dividiu o fundo em dois, em fevereiro de 2008, criando o Fundo de Reserva e o Fundo Nacional de Bem-Estar.

A ideia era canalizar as receitas obtidas pela exploração dos recursos naturais (sobretudo petróleo e gás natural) para outras atividades econômicas do país, muitas delas consideradas “estratégicas” pelo governo russo. Os recursos eram revertidos em forma de subsídios, incentivos fiscais ou linhas de crédito abertos pelos principais bancos estatais.

Assim, gradativamente a economia russa, que vinha de um doloroso processo de “desindustrialização” sofrido com o colapso da URSS e com o governo de Yeltsin, iniciava uma recuperação em todos os setores produtivos, diversificando suas atividades, evitando a ameaça do “mal holandês” no setor industrial e reduzindo as importações de produtos

manufaturados.

Assim como ocorreu no setor petrolífero, o governo russo incentivou a criação e o subsídio de grandes conglomerados industriais nas mais diversas áreas produtivas, surgindo empresas modernas e capazes de competir em pé de igualdade com as grandes corporações ocidentais no mercado internacional.

Alguns setores eleitos como “estratégicos” para o governo russo podem ser destacados a seguir: Siderurgia (Severstal, Evraz Group), Mineração e Metalurgia (RUSAL, VSMPO-Avisma, Norilsk Nickel, Onexim Group), Mecânica Pesada e Ferroviária (Metrovagonmash, Vagonmash, UKVZ), Automobilística (Avtovaz, GAZ Group, Marussia, KAMAZ e Yarovit), Naval (Sevmash e United Shipbuilding Company), Eletrônica (JSC Mikron, Telesystems, TRANSAS), Telecomunicações (AFK SISTEMA), e Tecnologias da Informação (Kaspersky Lab, 1C Company, Lesta Studio).

Desses setores, alguns recebem atenção especial do governo, pois formam a “espinha dorsal” da indústria russa, gerando a maior parte das receitas e responsáveis por boa parte das exportações. São os setores de Defesa (Almaz-Antey, KTRV, Uralvagonzavod, Kurganmash, Izhmash) e Aeronáutica (UAC – United Aircraft Corporation e Russian Helicopters), todas reunidas sob a corporação Russian Technologies (Rostec). Essas empresas se beneficiaram em grande parte pelos programas de modernização das Forças Armadas da Rússia e estratégias de promoção dos seus produtos internacionalmente pela estatal de vendas de defesa Rosoboronexport.

Também nos últimos anos, foram feitos grandes investimentos em ciência e tecnologia, visando colocar o país como líder nos ramos Aeroespacial, com grandes somas de investimentos feitos na retomada do programa espacial russo (Roskosmos) e em Nanotecnologia, com a criação da empresa estatal Rosnano, em junho de 2007. Há também a construção do centro tecnológico (TI) em Skolkovo, próximo de Moscou.

Também foram realizados grandes investimentos na modernização da infraestrutura do país, como nos sistemas de transporte, destacando programas de modernização e ampliação da rede rodoviária, metroviária, ferroviária, marítima e aeroportuária, implantação de sistemas modernos como mon trilhos e trens de alta velocidade – Sapsan, modernização do sistema elétrico com ênfase na implantação de novas fontes de geração de energia, conforme a Estratégia Energética – 2020. Além de investimentos na restauração do patrimônio histórico-cultural do país e na ampliação da rede hoteleira, na finalidade de incentivar o turismo no país visitado por 21,6 milhões de turistas em 2008. Essas políticas influenciaram decisivamente nas vitoriosas candidaturas

russas para os Jogos Olímpicos de Inverno de 2014, a Copa do Mundo de 2018 e o Campeonato Mundial de Hóquei no Gelo de 2016.

Além disso, visando melhorar sua imagem no cenário internacional, o governo russo criou em dezembro de 2005, o Canal de Notícias multilíngue Russia Today – RT, subordinado à agência estatal de notícias RIA Novosti. O RT transmite notícias sobre política, internacional, economia, esporte e cultura da Rússia e do mundo sob o olhar do Kremlin. O canal é baseado em Moscou, mas possui estúdios de transmissão em Londres (Grã-Bretanha), Washington, Miami e Los Angeles (EUA), Paris (França), Nova Délhi (Índia) e Tel-Aviv (Israel), Está disponível em aproximadamente 100 países através de transmissões a cabo, satélite e pela internet. Atualmente o RT encontra-se disponível em três idiomas: inglês (RT English e RT America), espanhol (Actualidad RT) e árabe (Rusiya Al-Yaum).

Como resultado geral dessas políticas, o PIB da Rússia entre 1999 a 2009 cresceu 52% atingindo os US\$ 2,1 trilhões (segundo o critério de paridade de poder de compra – PPC), numa média anual de crescimento de 7% nesse período. A economia russa superou outros países europeus como Itália, França e Reino Unido tornando a Rússia a 6ª economia mundial em 2009.

O crescimento econômico veio acompanhado de um aumento da produção industrial (média anual de 8,3%) e uma grande diminuição do desemprego (taxa de 6,6%) e da pobreza (13,1% da população). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) nacional atingiu 0,719 pontos em 2010, o maior entre os BRICS e considerado um patamar de “alto desenvolvimento humano” pelos critérios estabelecidos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

A dívida externa também diminuiu nesse período para 21% do PIB, assim como a dívida pública que caiu para 11% do PIB, reduzindo a vulnerabilidade econômica a choques externos, e tornando o país um grande atrativo para investimentos estrangeiros.

Em resumo, o controle virtual e a regulação mais rigorosa sobre as receitas obtidas pela exploração dos recursos naturais e energéticos permitiu ao Estado russo usá-los como “trampolim” para uma economia mais moderna, diversificada e industrializada, como um dos alicerces de seu projeto nacional para ressurreição da Rússia como potência no cenário internacional.

A atual Política Energética Russa

A Política Energética da Rússia está contida no documento de Estratégia Energética – 2020. Em 2000, o governo russo aprovou as principais provisões do Plano, e em 2003 já estava em vigor. O documento apresenta várias prioridades, como o aumento na eficiência energética, redução nos impactos ambientais – endossados pela ratificação do Protocolo de Kyoto em 2004, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento de novas tecnologias e fontes energéticas, assim como melhor eficácia e competitividade.

O atual panorama energético russo apresenta um quadro muito rico e diversificado em recursos naturais. Possui a maior reserva conhecida de gás natural do mundo, a segunda maior reserva de carvão e a oitava maior reserva de petróleo. O país é o quarto maior produtor de eletricidade, atrás apenas dos EUA, China e Japão. Exporta 70% do petróleo produzido, cerca de 7 milhões dos 10.12 milhões de barris por dia produzidos (2010), tornando-se um dos maiores exportadores mundiais de energia e maior fornecedor à União Europeia. O Oriente Médio, em comparação, exporta 20 milhões de barris por dia. O país também concentra a quarta maior reserva mundial de urânio e destaca-se na produção e fornecimento de combustível nuclear, se destacando ainda na exportação de tecnologia nuclear (usinas VVER) através de tratados de cooperação nuclear assinados com vários países no Oriente Médio, África, Ásia e Europa Oriental.

A energia renovável é ainda muito subdesenvolvida no país, apesar do potencial para seu desenvolvimento ser muito promissor. Destacam-se as Centrais Hidrelétricas, localizadas em sua maioria na Sibéria Oriental e Extremo Oriente, responsáveis por 21% da geração de energia no país; e a Energia Geotérmica, usada para aquecimento e geração de eletricidade, muito utilizada nas regiões do Cáucaso e Extremo Oriente russo, sendo consideradas as fontes renováveis mais desenvolvidas na Rússia.

Em resumo, a Rússia possui uma estrutura energética bem ampla e desenvolvida. O país possui grandes reservas de petróleo, gás natural, carvão e urânio, grandes o suficiente para satisfazer suas necessidades nacionais e exportá-las ao mercado internacional. Moscou procura promover o gás natural e a energia nuclear como fontes complementares (e não alternativas) ao petróleo. Ao mesmo tempo, possui uma rede hidrográfica extensa, que permite a construção de poderosas hidrelétricas que contribuem bastante para a matriz energética nacional e economizam a produção e necessidade dos outros combustíveis não-renováveis.

Por outro lado, apesar de seus esforços no campo das energias renováveis e biocombustíveis, o país ainda está muito atrasado em relação aos países mais avançados

nesses setores. Mas, suas perspectivas futuras são positivas e o país está utilizando bem as receitas do setor extrativo. Assim, tem-se um projeto nacional de converter a Rússia de uma economia baseada nos recursos naturais para uma economia industrial avançada.

A projeção do poder energético russo: possibilidades e desafios

A atual conjuntura geopolítica russa em relação a energia encontra-se na seguinte forma: o petróleo possui uma importância fundamental nas exportações do país; seus investimentos em energias renováveis se encontram ainda em estágio inicial, e sua indústria de biocombustíveis, apesar de promissora, está relativamente subdesenvolvida frente aos países mais avançados. A estratégia russa se concentra na promoção de outras formas de energia, que apesar serem questionáveis quanto a sua eficácia ambiental e renovabilidade, são largamente abundantes em território nacional e bem desenvolvidas pela tecnologia russa: o gás natural e a energia nuclear.

Moscou acredita que as fontes ditas “alternativas” de energia não são capazes de satisfazer a crescente demanda internacional, e os biocombustíveis, se produzidos em larga escala, podem causar fortes impactos nos preços dos alimentos, causando graves problemas de abastecimento em vários países. O que é defendido pelos russos é que as demais fontes de energia são complementares aos tradicionais combustíveis fósseis, e que estes, por serem versáteis e relativamente abundantes, não podem ser ignorados ou excluídos.

Em resumo, a Rússia se apresenta como uma “grande reserva mundial” de recursos energéticos, capaz de satisfazer as necessidades dos mercados consumidores. Ela seria uma opção mais “segura” e “confiável” do que o Oriente Médio e países da África e Ásia, mais voláteis politicamente e mais carentes de capital, tecnologia e infraestrutura.

Sua extensa rede de dutos para o transporte de petróleo e gás que saem de suas grandes reservas canalizando aos rincões da Europa e Ásia, é a “resposta” do “poder terrestre” *mackinderiano* ao “poder marítimo”, concentrando fluxos constantes de hidrocarbonetos e com menor vulnerabilidade, visto que as grandes frotas mercantes, nas mãos de grandes transportadoras, são sujeitas a várias intempéries como pirataria, países costeiros “hostis” ou reféns de graves problemas políticos, além da sujeição à legislação internacional de transporte marítimo. Mesmo assim, a Rússia possui a quinta maior frota mercante do mundo.

Os projetos de gasodutos russos *Nord Stream* e *South Stream* - que ligariam

diretamente os depósitos russos aos principais mercados europeus - demonstram claramente que a Rússia não precisa de países “intermediários” como Polônia, Turquia, países bálticos e ex-repúblicas soviéticas para escoar seus hidrocarbonetos aos mercados da Europa Ocidental, e que projetos paralelos visando evitar seu território como o *BTC* (Baku-Tbilisi-Çeyhan) e *Nabucco* são muito arriscados do ponto de vista político, e pouco rentáveis se comparados a toda uma infraestrutura construída e em funcionamento há décadas.

A “menina dos olhos” do poder energético russo é o gás natural e a energia nuclear: o gás pode complementar ou até substituir o petróleo em vários setores e aplicações como transporte, aquecimento residencial, geração de energia e alguns processos industriais; já a energia nuclear poderia ser responsável pela geração de energia, dada sua grande potência e produtividade em larga escala. Ao mesmo tempo, Moscou promove o uso da energia nuclear, oferecendo-a como substituta do petróleo na geração de energia, especialmente para os países subdesenvolvidos importadores de energia, e inclusive para países produtores de energia como Irã e Arábia Saudita, aumentando seu “superávit energético” e criando maiores excedentes de petróleo para exportação, proporcionando a esses países, com capital e apoio técnico russo, uma “soberania energética”.

Enfim, a Rússia procura promover seu “poder energético” por meio de acordos de fornecimento e transferência tecnológica, com baixo custo e alta rentabilidade, já que o território russo encontra-se no coração do *Heartland* eurasiático entre uma Europa em recessão, um mundo árabe em ebulição e uma Ásia em ascensão. Isso criaria um enorme “bloco eurasiático”, onde a Rússia se colocaria como principal fornecedor de recursos e energia.

Referências

CONANT, M.; GOLD, F. F. *A Geopolítica Energética*. São Paulo: Ed. Brasileira; Biblioteca do Exército Editora, 1981.

EBEL, R. E. *The Geopolitics of Russian Energy: Looking Back, Looking Forward*. CSIS Energy and National Security Program, jul. 2009.

GRIGORIEV L. M. in REGNUM : *How Russia's energy superpower status can bring supersecurity and superstability*, 2008.

KLARE, M. *Blood and Oil: The Dangers and Consequences of America's Growing Dependency of Imported Oil*. Tampa, Flórida: Random House, 2004.

LINS, H. N. *Energia e Geopolítica*. *Atualidade Econômica*, Ano 18, n. 49, 2006.

MELLO, L. I. A. *Quem tem medo da Geopolítica?* São Paulo: Hucitec; Edusp, 1999.

PUTIN, V. V. *Mineral Natural Resources in the Strategy for Development of the Russian Economy*. In BALZER, H. *Vladimir Putin's Academic Writings and Russian Natural Resource Policy*. *Problems of Post-Communism*, vol.53, n.1, Jan/Fev 2006, pp. 48-54.

SCHUTTE, G. R. *Economia Política de Petróleo e Gás: A Experiência Russa*. IPEA, texto para discussão, n.1471, Brasília, Fev. 2010

SZKLO, A.; MAGRINI, A. (Orgs.) *Geopolítica e Gestão Ambiental do Petróleo*. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2008.

KLEVEMAN, L. *The New Great Game: Blood and Oil in Central Asia*. New York: Atlantic Monthly Press, 2003.

Recebido em Maio de 2013.

Publicado em Agosto de 2013.